

## O processo de indexação nos arquivos de universidades: representação e usos no sistema de registros da Universidade Federal Fluminense

*Indexing process in university archives: representation and uses in registry system of Universidade Federal Fluminense*

**Raquel Luise Pret:**\* Departamento de Ciências de la Información, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

pretraquel@vm.uff.br

 0000-0002-8130-1774

**Rosa Inês de Novais Cordeiro:** Departamento de Ciências de la Información, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

rosacordeiro@vm.uff.br

 0000-0003-1871-4995.

**Como citar:** Pret, R. L.; & de Novais, R. I. C. (2018). O processo de indexação nos arquivos de universidades: representação e usos no sistema de registros da Universidade Federal Fluminense. *Bibliotecas. Anales de Investigación*; 14(2), 242-251.

Recebido: 7 de fevereiro de 2018

Revisado: 5 de março de 2018

Aprovado: 23 de março de 2018

Raquel Luise Pret

Rosa Inês de Novais Cordeiro

Editora convidada: Dra.C. Maria Manuel Borges

### RESUMO:

**Objetivo.** Analisa o processo de indexação na fase de produção documental no sistema de registros da Universidade Federal Fluminense (UFF), considerando seus usos pelas unidades de trabalho.

**Desenho/Metodologia/Enfoque.** Este estudo é composto por duas etapas. A primeira realiza um levantamento quantitativo e qualitativo em periódicos dos campos da Ciência da Informação e da Arquivística, procurando compreender como tem sido abordada a indexação nos últimos dez anos. Investiga também qual o papel da indexação no Sistema Protocolo Integrado (SPI) instituído pela legislação brasileira em 2014. A segunda etapa explora a aplicação da indexação na atuação dos processos pelo sistema de registros da UFF.

**Resultados/Discussão.** A quantidade de artigos produzidos na área da Ciência da Informação mostra a escassez de abordagens sobre a técnica voltada aos arquivos. Os periódicos do campo da Arquivística apresentam o tema de forma secundária e há estudos que subordinam a indexação à descrição arquivística. Já em relação às normativas brasileiras que impõem a implementação do SPI, estas não definem políticas de indexação, apesar de ser considerada uma etapa da atuação dos processos. O sistema de registros da UFF está implementando o SPI, no entanto políticas de indexação não estão sendo pensadas, tal técnica tem sido aplicada a partir do empirismo e da experiência de cada atuador.

**Conclusões.** A indexação dos documentos faz parte de práticas sociais realizadas no uso da sua comunidade

\* Autora correspondente.

linguística. As universidades como entidades produtoras possuem especificidades em relação as suas dinâmicas administrativas, estruturas hierárquicas, práticas decisórias que diferem de outros tipos de organização. **Originalidade/Valor.** A dimensão das estratégias de análise e representação dos documentos visando à recuperação da informação nos arquivos na fase de produção tem sido pouco explorada pela literatura dos campos da Ciência da Informação e da Arquivologia. No entanto, com a adoção dos sistemas informatizados e integrados de informação em nossa contemporaneidade, a indexação tem sido uma prática recorrente nos sistemas de registro das universidades. O presente trabalho procura refletir sobre tais prátix a fim contribuir com questões importantes enfrentadas no cotidiano dos sistemas de informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indexação; Sistema de registros (Universidades); Documentos arquivísticos; Processos de trabalho.

#### **ABSTRACT:**

**Objective.** *This article aimed at analyzing the indexing process within the record production phase at the registry system of Universidade Federal Fluminense (UFF).*

**Design/Methodology/Approach.** *It has done in two steps. First, a quantitative and qualitative survey were done in information science and archive science journals. Likewise, it was investigated how the indexing has been incorporated into the Sistema Protocolo Integrado (SPI) that was instituted by a Brazilian legislation in 2014. Second, it was analyzed how the indexing was working in the registry system of UFF.*

**Results/Discussion.** *There were a few number of articles produced in information science area about indexing in archives. Archive science journals present the indexing as a secondary process. There were also approaches in which indexing was subordinated to archival description. Moreover, the Brazilian laws regarding SPI implementation did not define indexing policies, even though it is considered one step of record registry. UFF was implementing the SPI in its registry system, but indexing policies was not being thought. The indexing technique has been applied empirically according to the experience of each scrivener.*

**Conclusions.** *The records indexing is part of social practices and it is done by community language use. Universities, as producer entities, have specificities according to their administrative dynamics, hierarchical structures and decisions. Those characteristics make universities differ from other organizations.*

**Originality/Value.** *The strategy dimensions of analysis and representation of records aiming to the retriev-*

*al of information in the production phase of archives has been little explored in the literature of the fields of Information Science and Archival Science. However, with the adoption of computerized and integrated information systems in our contemporaneity, indexing has been a recurrent practice in the registry systems of universities. The present work seeks to reflect on such praxis in order to contribute with important issues faced in the routine of those information systems.*

**KEYWORDS:** *Indexing; Registry System (Universities); Records; Work processes.*

## **Introdução**

Os arquivos são instituições historicamente marcadas pelas relações jurídico-administrativas que seus documentos possuem. Para além de seus valores informativos, os documentos de arquivo servem também para viabilizar ações administrativas, muitas vezes reguladas e legitimadas pelo ordenamento jurídico em que a instituição produtora faz parte. Diversas funções e atividades são realizadas pela mediação desses dispositivos. Portanto, não são apenas artefatos produzidos por suas instituições de origem para atestar uma ação, mas eles são produzidos porque há imposições, coerções, consensos, múltiplas relações que exigem a sua produção. São dispositivos produzidos, regulados, distribuídos e escalonados por convenções socialmente instituídas. Conseqüentemente, atestam ações e transações de seu contexto sócio-histórico. O documento de arquivo, ao contrário de um objeto de coleção, não se basta sozinho. Sua existência só se justifica, caso pertença a um conjunto orgânico (Duchain, 1986).

A noção de conjunto documental orgânico é o que especifica o arquivo. É nesta perspectiva que se estrutura o seu conceito, consolidado pela Arquivística como sendo “conjunto de documentos de qualquer natureza, reunidos orgânica e automaticamente por um corpo administrativo, uma pessoa física ou jurídica, em razão de suas funções ou de suas atividades. E que são conservados a título de referências” (Rosseau & Couture, 1998, p. 52). Por este contexto, justifica-se a afirmativa de Bellotto (2006) que uma das principais características do documento de arquivo é ser presunção de prova. Já Heredia Herrera (1991) afirma que os arquivos são marcados por duas coordenadas: o produtor que o gera e a função/atividade que o determina.

Esta abordagem é necessária, pois para pensarmos a indexação dos documentos de arquivo, é

fundamental analisarmos os usos que os sujeitos fazem destes. Assim, identificamos preliminarmente alguns usos historicamente instituídos: o de presunção de prova, o de mediador de relações sociais e o informativo. Usos derivados da configuração assumida pelos arquivos ao longo do tempo e das ações continuadas dos sujeitos que os produzem e os manuseiam.

Na fase de produção documental, seus usos estão relacionados às próprias atividades da entidade produtora, podem ajudar na tomada de decisão, permitir o controle fiscal, aprimorar funções, ter ciência das decisões tomadas, identificar em que momento estão os processos de trabalho, entre outros usos. O acesso aos documentos na fase corrente está restrito à entidade produtora. Eles possuem valor primário nas unidades de trabalho, isto é, estão relacionados às utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores (Rosseau & Couture, 1998, p. 117), seu valor está vinculado às razões para as quais foram criados (Schellenberg, 2006).

## O processo de indexação e os usos dos documentos nas universidades

Para Silva e Fujita (2004), o conceito de indexação surgiu a partir da elaboração de índices num período em que não estava tão demarcada a separação entre representação descritiva e representação temática. Segundo Lancaster (2003, p. 1), os processos de catalogação descritiva identificam autores, fontes, títulos e outros elementos bibliográficos. Já a indexação é um processo que identifica o assunto, o conteúdo temático, de que trata um documento. No entanto, Silva e Fujita (2004) apontam que, na perspectiva da catalogação de assunto, abordagem de ascendência norte-americana, a indexação é vista como componente da representação descritiva e composta por etapas operacionais cujo objetivo é representar o conteúdo informacional de documentos para a elaboração de índices.

As poucas abordagens acerca da indexação na Arquivística possuem certa semelhança com essa corrente tratada também por Guimarães (2008) como catalogação de assunto (*subject cataloguing*). A representação temática é vista como uma consequência da representação descritiva. Se no campo da Ciência da Informação, essa abordagem é compreendida como a gênese dos estudos acerca da indexação, na Arquivística ela ainda é predominante.

Portanto, a indexação pode ser considerada um processo que surgiu da necessidade de recuperar conteúdos específicos dos documentos para viabilizar diversas atividades de seus requerentes. O desenvolvimento da teoria da indexação fornece possibilidades de sua apropriação pelo campo dos arquivos, sobretudo, na fase de produção documental, possibilitando, pelo controle na entrada dos documentos nos sistemas de informação, a recuperação dos mesmos seja para a tomada de decisão, prova de ação ou mesmo viabilizar a execução de uma atividade. A indexação é um processo que procura recuperar as informações contidas nos documentos considerando as necessidades de uso das comunidades discursivas em que estes estão inseridos.

Abordando as universidades como entidades produtoras, precisamos considerar suas especificidades em relação às suas dinâmicas organizacionais, estruturas hierárquicas, práticas decisórias que diferem de outros tipos de organização. Os processos de trabalho são mais autônomos, respondendo muitas vezes apenas a um departamento, instituto ou faculdade. Os trâmites da documentação nem sempre seguem os caminhos usuais pela própria cultura de liberdade de ação e independência na tomada de decisão que a universidade possui. Assim, docentes, coordenadores, colegiados, reitores, entre outros funcionários da instituição não necessariamente seguem os padrões e ordenamentos para a produção e registro de seus documentos, previstos pela gestão de documentos da universidade.

Wilson (1976), ao abordar a realidade dos arquivos das universidades canadenses, relatou algumas especificidades que podemos identificar também no Brasil. Segundo o autor, pela autonomia das universidades, pela pulverização dos arquivos em centros urbanos e pela escassez de recursos direcionados a essas unidades, há uma grande dificuldade de desenvolver sistemas de gestão arquivística padronizados que atendam às demandas de suas comunidades. A própria cultura universitária, como enfatiza Wilson (1976), de liberdade e autonomia, sinônimo de instituições sociais promotoras de conhecimento e reflexões críticas sobre a realidade nas mais variadas áreas, transforma a implementação de sistemas arquivísticos integrados em uma questão delicada. A implementação e execução de qualquer sistema que preveja a adesão de todas as unidades de trabalho em uma universidade exigem deliberações de seus respectivos colegiados. Por isso, os sistemas de informação, que compreendem os sistemas de registros e os arquivos, devem ser

desenvolvidos a partir de políticas de informação, nas quais as políticas arquivísticas e de indexação estão inseridas, baseadas na construção de consensos, na formulação de ações, no envolvimento de sua comunidade, na definição de agenda própria e na avaliação das políticas implementadas.

## Metodologia

Essa pesquisa possui natureza teórica cujo campo empírico é o sistema de registros da Universidade Federal Fluminense com enfoque na fase de produção documental. O objetivo é aprofundar a discussão sobre indexação no âmbito da Ciência da Informação e na interlocução com a Arquivística.

A análise proposta foi realizada em duas etapas: a primeira realiza um levantamento quantitativo e qualitativo nos periódicos *The Indexer*, *Journal of Documentation*, *Knowledge Organization*, *The American Archivist* e *Archivaria*, dos campos da Ciência da Informação e da Arquivística respectivamente. Foi feito um recorte temporário com o objetivo de compreender como tem sido abordada a indexação nos últimos dez anos (2007-2017). A investigação de como a indexação foi incorporada no Sistema Protocolo Integrado (SPI) intitulado pela legislação brasileira em 2014 também faz parte dessa etapa. A análise da aplicação desta técnica no sistema de registros da Universidade Federal Fluminense (UFF) trata-se da segunda etapa do estudo.

Para a escolha dos periódicos adotamos como critérios o tempo de existência e a periodicidade de publicações. Procuramos detectar as tendências de abordagem nos artigos referentes à indexação em arquivos.

*The Indexer*, autointitulado o jornal internacional de indexação, em seu editorial afirma ser um espaço para a publicação de artigos que abordem aspectos da indexação em suas mais variadas matizes, relatos de aplicação do processo e análises acerca da organização e acessibilidade do conhecimento e ideias registradas em documentos. Editado desde 1958, o periódico possui 35 volumes até o final de 2017. A periodicidade de publicação tem sido trimestral.

O *Journal of Documentation* é o periódico mais antigo na área da Ciência da Informação, publicado desde 1945, consolidou-se por sua frequência em divulgar teorias, filosofias, conceitos, modelos sobre documentação, organização do conhecimento, indexação, classificação e outros estudos no mesmo campo. Este periódico, publicado bimestralmente, possui 73 volumes.

Já o *Knowledge Organization* é o periódico oficial da International Society for Knowledge Organization e assim como o *Journal of Documentation* publica pesquisas sobre teorias, fundamentos filosóficos do conhecimento, operações práticas associadas à indexação e à classificação, além de problemas de terminologia. No entanto, seu enfoque encontra-se nos processos de organização do conhecimento, esta tratada como grande área. Fundado em 1976, possui 44 volumes. Sua média é de oito números publicados por ano.

O periódico *Archivaria*, produzido pela Association of Canadian Archivists (ACA), publicação semestral destinada a comunicar o conhecimento produzido na área dos arquivos, iniciou seus trabalhos em 1975, possuindo 83 revistas publicadas até o final de 2017.

*The American Archivist*, editada pela *Society of American Archivists* desde 1938, tornou-se ao longo de sua existência um dos periódicos científicos mais respeitados na área Arquivística com 80 volumes em 2017, publica cada número semestralmente.

Ao delimitar o recorte cronológico nos últimos dez anos, esta análise trabalhou com um espaço amostral de 221 publicações correspondentes aos números apresentados pelos periódicos selecionados, sendo 176 correspondentes à área da Ciência da Informação e 45 da Arquivística. Essa pesquisa realizou também uma espécie de meta-análise da indexação ao testar a capacidade de revocação das bases de dados desses periódicos, uma vez que aplicou os mesmos termos de busca (*queries*). Nos periódicos de Ciência da Informação procuramos primeiramente pelo termo *indexação* (*indexing*), depois o combinamos com o termo *arquivo* (*archive*) ou *protocolo* (*registry*), por fim procuramos por *descrição arquivística* (*archival description*). Utilizamos a ferramenta de busca avançada e adotamos como filtro o marco temporal (2007-2017), além de usarmos a booleana título (*title*). Devido ao baixo nível de revocação nesta, optamos por realizar a busca nos resumos (*abstracts*). Aplicamos o mesmo método nos periódicos de Arquivística. Não utilizamos os termos *arquivo* (*archive*) ou *protocolo* (*registry*) por entendermos que tal especificação não cabia aos periódicos do próprio campo.

Para percebermos como as universidades federais estão sendo inseridas no processo de integração dos sistemas de registros do governo brasileiro, analisamos a Portaria Interministerial n. 2.320, de 30 de dezembro de 2014, que institui o Sistema Protocolo Integrado (SPI) no âmbito

dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Brasileira. Este documento em especial transforma as relações das instituições federais no âmbito do Poder Executivo com seus documentos, uma vez que sugere a informatização e integralização de todos os processos administrativos em uma única plataforma operacional, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

A Universidade Federal Fluminense (UFF) e seu sistema de registros (protocolos) foram utilizados como campo empírico para melhor compreender como o SPI, sistema que modifica a gestão de documentos nos arquivos das universidades federais

brasileiras, sobretudo na fase de produção, está sendo implementado. O foco desta análise está no papel da indexação na representação desses documentos junto às unidades de trabalho.

## Resultados

No levantamento bibliográfico que realizamos nos principais periódicos da área da Ciência da Informação e da Arquivística, percebemos que a produção de artigos sobre a indexação como técnica de tratamento temático dos documentos nos arquivos ainda é tímida.

**Tabela 1. Publicações na área da C. I. entre 2007 e 2017.**

Periódicos	The Indexer	Journal of Documentation	Knowledge Organization	Total
Publicações	44	66	66	176
Artigos sobre indexação	320	38	56	414
Artigos sobre indexação em arquivos ou protocolos	4	2	3	9
Artigos sobre descrição arquivística	4	1	2	7

Fonte: própria autora.

**Tabela 2. Publicações na área da Arquivística entre 2007 e 2017.**

Periódicos	Archivaria	The American Archivist	Total
Publicações	22	23	45
Artigos sobre indexação	8	4	12
Artigos sobre descrição arquivística	92	53	145

Fonte: própria autora.

Os números de publicações que abordam a temática da indexação são consideráveis nos periódicos da área da Ciência da Informação. Nas 176 analisadas, encontramos 414 artigos que abordam esta técnica de forma central. No entanto, ao especificarmos os arquivos, considerando estes como importantes sistemas de informações, cuja indexação é uma prática encontrada regularmente nas rotinas de representação do conteúdo de seus documentos, os resultados obtidos foram escassos. Ressaltamos que algumas abordagens tratam a indexação em seu *lato sensu* e analisa a técnica como um todo, apresentando perspectivas que servem para qualquer sistema de informação. No entanto, as especificidades dos documentos de arquivo e as relações com seus produtores (também usuários, cujos conteúdos informacionais são importantes para a viabilidade das atividades nas unidades de

trabalho) requerem reflexões e abordagens que considerem essas particularidades.

Os nove artigos encontrados sobre indexação em arquivos representam nessa amostra apenas 2,2% daqueles sobre indexação publicados nos últimos dez anos. Nenhum deles abordam a técnica aplicada na fase de produção documental, tampouco os usos pelos arquivos universitários. A proporção da temática descrição arquivística é semelhante, embora seja esta mais específica do campo da Arquivística em relação à indexação, considerada técnica própria da Ciência da Informação. Destaca-se ainda os resultados da revista especializada *The Indexer* que dos seus 320 artigos publicados, apenas 2 artigos versam sobre arquivos, ou seja, 1, 25% do montante. A mesma quantidade encontrada de publicações relativas à descrição arquivística.

Nesses artigos recuperados percebemos a predominância de relatos acerca das práticas de indexação no chamados “arquivos especiais” como os relacionados à fotografia, filmes e objetos museológicos. Podemos citar *Challenges of diversity, consistency and globality in indexing of local archeological artifacts* (2013) e *URT “Indexing and classification systems” projects in biomedical knowledge standards* (2012), publicados no *Knowledge Organization*. O contraste encontra-se no trabalho de Fernanda Ribeiro, *The use of classification on Archives as a means of organization, representation and retrieval information* (2014), que aborda a indexação nos arquivos associada à teoria da classificação.

No *The Indexer*, os três artigos encontrados - *A Turkish treasure trove* (2008); *From thesaurus to ontology* (2010); *Newspaper archives* (2011); e *From librarian to media manager: BBC Scotland's archive* (2016) – com diferentes enfoques, apresentam a indexação voltada à pesquisa de documentos em arquivos considerados permanentes, suas abordagens aproximam-se da catalogação de assunto (*subject cataloguing*), conceituada em nossa introdução.

A indexação é um tema escasso também no campo da Arquivística. Nos 45 números publicados nesses últimos dez anos, encontramos 12 artigos relativos ao processo. Entretanto, há um número expressivo de artigos referentes à descrição arquivística. Esse contraste permite-nos inferir que, por ser uma função historicamente marcada por consolidar os princípios do campo, conjuntamente com a classificação, continua a receber uma maior atenção dos pesquisadores da Arquivística. Ademais, encontramos em alguns desses artigos a indexação subordinada à descrição, como sendo uma operação pertencente a esta função.

Ao realizarmos uma análise qualitativa percebemos que os artigos mostram uma preocupação com o processo de indexação para documentos em suportes especiais no *Archivaria*, a exemplo de *The colonial legacies of the digital archive* (2008) e *Historians and web archives* (2017). Já no *The American Archivist*, as abordagens sobre indexação nos arquivos a aproximam da representação descritiva da informação, com ênfase na padronização de catálogos, inventários e índices de autoridade. Como exceção destaca-se *Applying faceted classification to the personal organization of electronic records* (2011) que procura aplicar a indexação nos arquivos a partir da teoria facetada de Ranganathan, aproximando-se das interpretações encontradas na Ciência da Informação.

Os quatro artigos recuperados no *The American Archivist* dividem-se em dois enfoques: aqueles preocupados em como representar tematicamente documentos de outros gêneros como os audiovisuais e iconográficos —*The C-SPAN Video Archives* (2014) e *Digitization for Preservation and Acces* (2014)— e aqueles que apresentam a indexação como consequência da descrição arquivística, com apropriações próximas à vertente da catalogação de assunto. São os casos de *The inquisitor as archivist, or surprise, fear, and ruthless efficiency in the archives* (2012) e *Archives of the people, by the people, for the people* (2007).

Em contrapartida, a realidade da gestão de documentos, sobretudo em tempos de exigência na transparência ativa da Administração Pública, com acesso aos documentos e às informações governamentais, é latente na sociedade brasileira. A lei 12.527, de acesso à informação, promulgada em 18 de novembro de 2011, determina a divulgação ampla das informações produzidas pelo Serviço Público de forma proativa, devendo facilitar o acesso dos cidadãos aos documentos e dados do setor público. Não é possível promover o acesso à informação se não houver planos de gestão documental e sistemas padronizados de recuperação da informação.

No âmbito da Administração Pública Federal, a Portaria Interministerial 2.320, de 30 de dezembro de 2014, emitida pelos Ministério do Planejamento e Ministério da Justiça, institui o Sistema Protocolo Integrado (SPI) para órgãos e entidades desta. De acordo com o Ministério do Planejamento, através de sua Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação,<sup>1</sup> o SPI tem por objetivo disponibilizar um canal do Governo Federal via internet para acompanhamento, pelo cidadão, do andamento de documentos, avulsos ou processos, do seu interesse. Possibilitará a visualização consolidada das informações relativas a cada etapa do trâmite documental, seja intra ou inter órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Para a integração das informações de protocolo originadas em diferentes sistemas de informação, que por sua vez armazenam dados de diferentes formas, foi necessário conceber um padrão de dados único que deve ser adotado por todos os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal. O

1. Informações disponíveis no próprio site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Recuperado em 28 de maio de 2017. De: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/servicos-do-mp/protocolo-integrado>

SPI objetiva consolidar uma base de dados com informações sobre processos e documentos oriundas dos diversos sistemas de protocolo dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Os Ministérios que instituíram tal Sistema têm incentivado o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), software de governo. No entanto, como alerta o Arquivo Nacional,<sup>2</sup> o SEI não é um sistema informatizado de gestão arquivística e a falta de reflexão sobre a gestão de todo ciclo documental pode levar a perda de organicidade e dos vínculos arquivísticos entre os documentos da Administração Pública.

Ao analisarmos a forma em que está sendo implementado o SPI no SEI para a tramitação dos documentos e processos dos órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal, percebemos que está não se encontra em conformidade com as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) para a gestão de documentos de arquivo natos digitais. Tanto a resolução 20, quanto a 25 recomendam que esta operação deve ser feita por meio de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad) e que os *Modelos de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística (e-arq Brasil)* devem ser seguidos. No entanto, percebemos que o SEI não pode ser considerado um Sigad, pois sua não segue os requisitos básicos como: a não previsibilidade para o acompanhamento de todo ciclo de vida do documento, sendo deficitárias a manutenção e a organização do acervo arquivístico.

A obrigatoriedade da adoção do Sistema Protocolo Integrado (SPI) e do Processo Eletrônico Nacional (PEN) —este pelo decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015— têm feito a grande maioria dos órgãos e entidades da Administração Pública Fe-

deral optarem pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI), ainda que seu uso não seja obrigatório. No entanto, aqueles que optarem em desenvolver seus próprios sistemas informatizados deverão arcar com os custos de sua implementação e a sua interoperabilidade com os demais órgãos e instituições. De todo modo, o SEI possibilita a padronização dos fluxos de trabalho dentro de uma mesma plataforma. É uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema. Proporciona a virtualização de processos e documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, ainda que distantes fisicamente, em um mesmo processo, reduzindo o tempo de realização das atividades. De acordo com o Arquivo Nacional: “O SEI controla os documentos produzidos em um determinado fluxo de trabalho, realizando um controle satisfatório do ponto de vista de um GED”.<sup>3</sup>

### Figura 1. Tela da versão 3.2 do SEI para cadastro de processos.

Fonte: Ministério da Fazenda.

Esse software permite sua customização pela entidade produtora em relação à classificação de seus documentos e dos assuntos relativos a cada processo. As universidades federais brasileiras são obrigadas, pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, a adotarem o mesmo código de classificação de documentos de arquivo das instituições federais de ensino (IFES) relativos às atividades-fim, elaborado pelo Arquivo Nacional. Portanto, os tipos de processos são aqueles determinados por este código. No entanto, apesar da classificação por assunto no software permitir o controle de entradas pelo estabelecimento de *combos*,<sup>4</sup> o campo não é obrigatório. As políticas de indexação são definidas por cada entidade. No entanto, não há qualquer normativa que estabeleça sua implementação no SEI. Esses hiatos na representação do conteúdo dos documentos

2. O Arquivo Nacional, por meio de seu grupo de trabalho, *GT SEI Avaliação*, instituído em 24 de agosto de 2015 pela Portaria nº 157, emitiu uma nota intitulada, *Considerações do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal acerca do Sistema Eletrônico de Informações – SEI*. Recuperado em 20 de junho de 2017. De: [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/analise\\_sei.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/analise_sei.pdf)

3. *Considerações do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal acerca do Sistema Eletrônico de Informações – SEI*. Recuperado em 20 de junho de 2017. De: [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/analise\\_sei.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/analise_sei.pdf)

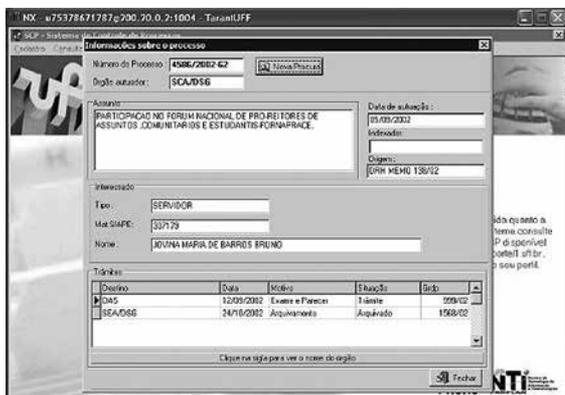
4. Nome dado aos campos delimitados por barras de rolagem nos sistemas, cujo preenchimento somente é possível pela escolha de termos controlados, não havendo liberdade para o uso de linguagem natural.

podem dificultar a recuperação dos mesmos e de suas informações que, na fase de produção documental, estão viabilizando as próprias atividades das unidades de trabalho.

Na UFF, o sistema de registros é composto por protocolos regionais que não atuam em suas unidades de trabalho, sua disposição é baseada na geografia de seus campi. A Gerência Plena de Comunicações Administrativas (GPCA) administra os quatro protocolos regionais existentes. Em março de 2011, após a reestruturação interna da UFF, a GPCA e os protocolos passaram a estar subordinados à Pró-reitoria de Administração (PROAD),<sup>5</sup> enquanto os arquivos intermediário e permanente continuaram subordinados à Superintendência de Documentação (SDC).

O principal tipo documental da UFF são processos administrativos que regulam as atividades das unidades de trabalho. O sistema de registros da Universidade continua utilizando o Portal NX para atuação dos processos, elaborado pela Superintendência de Tecnologia e Informação. Dentre os campos obrigatórios, há assunto e indexadores, no entanto, pela falta de uma política de indexação para o sistema de registros, o campo assunto é preenchido por linguagem natural. Os campos indexadores são delimitados, havendo a possibilidade de escolher dentre 500 termos existentes no sistema, definidos pelo administrador. Todavia, ao investigarmos o perfil do administrador, encontramos 26 possibilidades de login referentes a cada arquivista lotado nos respectivos protocolos setoriais. Todos esses possuem permissão para excluir ou substituir os termos disponíveis para indexar processos. Não havendo qualquer controle terminológico e padronização para a definição dos termos.

**Figura 2. Tela de consulta de processos (Manual de Controle de Processo. Niterói: UFF, 2011).**



Fonte: Manual de Controle de Processo. Niterói: UFF, 2011.

**Figura 3. Tela de consulta de processos.**



Fonte: Manual de Controle de Processo. Niterói: UFF, 2011.

Nos protocolos da UFF, apenas os processos considerados administrativos pela cultura da entidade são registrados. A implementação do SPI na Universidade para funcionar de maneira satisfatória deve ser precedida do mapeamento dos processos de trabalho e dos tipos documentais produzidos para um maior controle dos expedientes e de seus trâmites. Esse trabalho permitirá a identificação dos usos dos documentos e a partir deles deve ser elaborada uma política de indexação adequada às demandas dos requerimentos de informação na fase de produção documental. Esse esforço de identificação dos processos de trabalho está sendo realizado pela Comissão de Implementação do SPI na UFF.

## Conclusão

A partir da análise dos usos dos documentos na fase de produção documental é que propomos uma reflexão sobre processo de indexação nos sistemas de registro dos arquivos de universidades. No desenvolvimento da pesquisa, percebemos que a compreensão dos usos da informação nas unidades de trabalho é de extrema importância para o estabelecimento de políticas de indexação, do controle terminológico e para a construção de linguagens documentárias para os sistemas de recuperação da informação (SRI).

Neste percurso, observamos que as publicações sobre indexação em arquivos no âmbito da Ciência da Informação são escassas, sobretudo no que se refere a estudos do processo na fase de produção

5. Informações retiradas do site da Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense que relata o histórico institucional. <http://www.ndc.uff.br/content/institucional>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

documental. A análise quantitativa evidencia uma preocupação da técnica aplicada aos acervos considerados “especiais” por serem de gêneros diferentes do textual como os audiovisuais e iconográficos. Na análise qualitativa podemos perceber que são acervos encontrados na fase permanente com usos e demandas diferentes acerca dos documentos. Ainda que seja necessário um maior desenvolvimento de pesquisas sobre os múltiplos usos dos documentos presentes nos arquivos permanentes, as demandas informacionais dos usuários e os comportamentos no que se refere as estratégias de busca são bem distintos daqueles presentes na fase de produção documental.

Na fase corrente, os usos informativos estão relacionados às próprias atividades da entidade produtora, poderão ajudar na tomada de decisão, permitir o controle fiscal, aprimorar funções, ter ciência das decisões tomadas, identificar em que momento estão os processos de trabalho, entre outros usos. Já os documentos dos arquivos permanentes podem ter diferentes usos uma vez que o seu público é ampliado. O acesso aos documentos na fase de produção está restrito às unidades de trabalho. Já os documentos nos arquivos considerados permanentes e de interesse público deve ser seu acesso franqueado a qualquer interessado.

As abordagens sobre indexação na Arquivística também são escassas, aquelas que recuperamos de acordo com a metodologia utilizada, além de mostrarem uma preocupação semelhante com o campo da Ciência da Informação, ou seja, a aplicação da técnica voltada aos documentos “especiais”, há uma certa naturalização da catalogação de assunto como sendo sinônimo do processo de indexação, quando compreendemos esta como uma vertente possível dentre inúmeras outras. A incidência de artigos sobre descrição, além das apropriações dessa função arquivística denotam que o campo a compreende como principal processo de representação dos documentos de arquivo. Percebemos também que a indexação muitas vezes é concebida como uma operação subordinada à descrição. No entanto, entendemos que são dois processos distintos e autônomos de representação. Eles podem possuir interconexões, mas um não depende necessariamente do outro.

A descrição arquivística, como afirma Yeo (2013), é um processo intelectual de representação dos documentos de arquivo que tem como finalidade tornar aparentes os relacionamentos entre o contexto de produção e os documentos em si, além de elicitar a própria compreensão de arquivo. O

compromisso com o contexto de produção é característica desta função que, por sua construção histórica e por seus usos, é voltada para a fase permanente.

Já a indexação, por ser um processo de análise conceitual e representação do documento, objetiva estabelecer os assuntos dos documentos a fim de possibilitar a construção de linguagens documentárias, padronizando entradas nos sistemas de recuperação da informação (Fujita, 2003). Não assume a obrigação de representar a organicidade e os vínculos arquivísticos dos documentos. A indexação ambiciona possibilitar a recuperação de documentos que possuam o mesmo assunto (ou semelhante – dependendo da construção da base de dados) a partir da representação do acervo que geralmente este é de larga escala. Ressaltamos que em nosso entendimento o estabelecimento desses assuntos precisa estar pautado na análise dos usos que a comunidade discursiva faz de seus documentos.

Na fase de produção documental, entendemos que o contexto já se faz presente pelo desenvolvimento dos processos de trabalho e das rotinas administrativas. Ademais, a comunidade que se utiliza dos sistemas de recuperação da informação é a própria produtora dos documentos. A classificação funcional, como afirma Foscarini (2009), é o processo que garantirá a manutenção da organicidade e dos vínculos arquivísticos nesta fase. Assim, pelo usos e necessidades de uso dos documentos na fase de produção pelas unidades de trabalho, percebemos que a indexação tem sido utilizada como técnica capaz de atendê-los sem estar vinculada à descrição arquivística.

A implementação do SPI por imposição do Governo Federal configura-se em uma oportunidade da UFF de mapear os usos dos documentos em sua fase de produção. Assim, elaborar uma política de indexação eficaz capaz de padronizar a entrada dos documentos no SRI, facilitando a recuperação dos mesmos. No entanto, é necessário uma análise das necessidades de uso dos documentos pela comunidade que integra o SRI, perceber as áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem; o volume do acervo e os tipos documentais; a quantidade e qualidade dos recursos envolvidos; além da estrutura e configuração do sistema. Embora a adoção do SEI seja praticamente compulsória, sua plataforma possibilita a cada entidade do poder executivo federal desenvolver suas formas de representação temática de seus processos eletrônicos. No entanto, a falta de obrigatoriedade da

adoção de entradas relativas a assuntos e a falta de diretrizes para a padronização de formas de indexação tendem a desmotivar tais políticas de indexação, fazendo com que a técnica seja aplicada a partir do empirismo e da experiência de cada autuador nos sistemas de registros.

A comissão de implementação do SPI, criada pela UFF, por sua heterogeneidade, tem permitido um amplo trabalho de mapeamento das atividades administrativas da Universidade e dos seus processos de trabalho. No entanto, são poucas

as normativas regulando tais procedimentos. O regulamento geral da UFF recomenda que cada colegiado de unidade e pró-reitoria criem instrumentos normativos que estabeleçam as diretrizes de seus processos de trabalho. Contudo, a autonomia administrativa possibilita que alguns setores possuam ordenamentos e outros não. A complexidade administrativa da Universidade que atende a 49.305 alunos<sup>6</sup> e a falta de padronização dos processos de trabalho têm dificultado a implementação do SPI. ■

## Referencias bibliográficas

Bellotto, H. (2006). *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV.

Duchain, M. (1986). O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, x-xiv(1), 14-33.

Foscarini, F. (2009). *Function-based records classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks*. Vancouver: University British Columbia.

Fujita, M. S. L. (2003). A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e da CI*, I(1), 60-90.

Guimarães, J. A. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo cientifi-

co da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, I(1), 77-99.

Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Disputación Provincial de Sevilla.

Lancaster, F. W. (2003). *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos.

Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (2011). *Regula o acesso a informações previsto no inciso xxxiii do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal*. Diário Oficial da União. Brasília: Governo Federal.

Portaria Interministerial 2320, de 30 de dezembro de 2014 (2014). *Institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pú-*

*blica Federal*. Diário Oficial da União. Brasília: Governo Federal.

Ribeiro, F. (2014). The use of classification in archives as a means organization, representation and retrieval information. *Knowledge Organization*, 41(4), 319-326.

Rosseau, J., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.

Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV.

Silva, M. R., & Fujita, M. S. (2004). A prática de indexação: análise da evolução. *Tran-sinformação*, xvi(2), 133-161.

Wilson, I. (1976). Canadian university archives. *Archivaria*, III, 17-27.

Yeo, G. (2013). Archival Description in the Era of Digital Abundance. *Comma*, II, 15-25.

6. Dados do Ranking Universitário 2017, elaborado pelo jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2017/perfil/universidade-federal-fluminense-uff-572.shtml>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2018.

# Razones

para  
un

# en- cuen- -tro

## ***Razones para un encuentro***

es un espacio de la **Sala de Referencias y Novedades "Leonor Pérez Cabrera"** de la **Biblioteca Nacional de Cuba José Martí**.

Con una frecuencia bimensual, el segundo jueves del mes correspondiente, su objetivo es promover el intercambio sobre diversos temas entre el público asistente y los intelectuales, escritores y otros artistas invitados.

Al espacio ***Razones para un encuentro*** pueden asistir todas las personas interesadas en los temas que se presenten.



BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE CUBA  
JOSÉ MARTÍ

**Frecuencia bimensual**  
Segundo jueves del mes correspondiente

**Entrada Libre**

[www.bnjm.cu](http://www.bnjm.cu) | [referencia@bnjm.cu](mailto:referencia@bnjm.cu)

Tel.: 7 855 54 42 al 49 ext. 256



SALA DE  
REFERENCIAS Y NOVEDADES  
Leonor Pérez Cabrera